

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2006

| | |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------|
| MINISTÉRIO DO TRABALHO DRT/RS - RUDPRO | MTE - DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO |
| JUL 2006 | 46218 - 011286290618 |

HO EMPREGO - DRT/RS M. DO
Fis: 01
Rubrica

A presente Convenção Coletiva de Trabalho é celebrada com amparo no inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com as normas regradoras do instituto insertas no art. 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e promovida nos termos do art. 840 do Código Civil Brasileiro, pelo que são revistas as condições econômicas e sociais estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho anterior, mediante a adoção das seguintes cláusulas:

I - CONVENIENTES:

01. **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BENTO GONÇALVES**, Entidade Sindical legalmente constituída, CNPJ 89.340.533/0001-26, Registro Sindical 329-833, sediada à rua Candelária, 235, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, no ato representado por seu Presidente, devidamente autorizado por Assembléia Geral extraordinária convocada para o efeito e na forma da anexa documentação, assistido por Advogado do sindicato, ut anexo instrumento de procuração, ambos no fim assinados.

O conveniente aqui qualificado passará a ser designado simplesmente como "Sindicato Profissional" e representará os adiante denominados "empregados".

02. **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE CAXIAS DO SUL**, Entidade Sindical também legalmente constituída, CNPJ nº87.505.012/0001-56, Registro Sindical nº328.453-9, situada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à rua Ítalo Victor Bersani, 1134, também aqui representada por seu Presidente, devidamente autorizado e assistido por Sociedade de Advogados, qualificada no anexo instrumento de procuração, todos com assinatura no final.

Este conveniente, a seguir, será denominado unicamente "Sindicato Econômico" e representará as adiante denominadas "empresas".

II - BASE TERRITORIAL

A presente Convenção Coletiva do Trabalho abrangerá a base territorial do Sindicato Profissional que compreende o Município de Nova Prata, neste Estado.

III - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva abrange as Indústrias da Construção Civil e seus respectivos empregados na base territorial acima definida.

40



IV - AUTORIZAÇÃO

Os Sindicatos Convenentes, profissional e econômico, a teor da anexa documentação (editais, atas e listas de presenças), foram autorizados expressamente a formalizar a presente convenção em seus termos.

V - VIGÊNCIA

A eficácia das condições estabelecidas na presente Convenção será de 12 (doze) meses, a contar de 01 de maio de 2006 a 30 de abril de 2007.

VI - OBJETO

01. VARIAÇÃO SALARIAL

As empresas concederão, na folha de pagamento do mês de maio de 2006 a todos os seus empregados, admitidos até 01 de maio de 2005, uma variação salarial, para efeito da revisão de dissídio coletivo, de 6% (seis por cento), a incidir sobre os salários resultantes da Convenção Coletiva anterior.

01.01. Os empregados admitidos entre 01 de maio de 2005 e 30 de abril de 2006, terão seus salários alterados pelo único critério da tabela de escalonamento abaixo, entendido para o efeito, exclusivamente, como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetividade, contados da data de admissão até a data da presente revisão (01 de maio de 2006), percentuais incidentes sobre o salário de admissão.

TABELA DE PROPORCIONALIDADE

| Admissão | Percentual maio/2006 | Admissão | Percentual maio/2006 |
|---------------|----------------------|----------------|----------------------|
| Maio/2005 | 6,00% | Novembro/2005 | 3,00% |
| Junho/2005 | 5,50% | Dezembro/2005 | 2,50% |
| Julho/2005 | 5,00% | Janeiro/2006 | 2,00% |
| Agosto/2005 | 4,50% | Fevereiro/2006 | 1,50% |
| Setembro/2005 | 4,00% | Março/2006 | 1,00% |
| Outubro/2005 | 3,50% | Abril/2006 | 0,50% |

01.02. Em hipótese alguma resultante do reajustamento proporcional acima, poderá o salário do empregado mais novo no emprego ultrapassar o salário do

empregado mais antigo na empresa, independentemente de cargo ou função. Da mesma forma não poderá o empregado que na data de sua admissão percebia salário igual ou inferior ao de outros, passar a perceber, por força do ora estabelecido salário superior ao daquele.

02. PAGAMENTO DA VARIAÇÃO SALARIAL

As diferenças eventualmente existentes em decorrência das variações acima previstas serão satisfeitas em até 30 (trinta) dias após o depósito da presente no órgão competente, ficando o salário dos empregados, com a presente transação, considerados atualizados e compostos até 01 de maio de 2006.

03. QUITAÇÃO DO PERÍODO REVISANDO

Com a concessão das variações salariais acima, fica integralmente quitado o período revisando de 01 de maio de 2005 até 30 de abril de 2006, ficando estipulado que o salário resultante das variações acima previstas (01) formarão base para eventual procedimento coletivo futuro.

04. COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES NO PERÍODO REVISANDO

Quaisquer variações salariais concedidas entre 1º de maio de 2005 e 30 de abril de 2006, poderão ser utilizadas para compensação com as variações aqui previstas, de vez que ficam, desde já incorporados todos os reajustes salariais, espontâneos, coercitivos, acordados ou abonados previstos de 01 de maio de 2005 até 30 de abril de 2006, inclusive, zerando quaisquer índices de inflação da categoria até 1º de maio de 2006.

05. COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES FUTURAS

As variações salariais espontâneas ou coercitivas, com exceção das concedidas nesta convenção (cláusula 01), praticadas a partir de 1º de maio de 2006 e na vigência da presente convenção poderão ser utilizadas como antecipações e para compensação em procedimento coletivo futuro, de natureza legal ou não, de feitio revisional ou ainda decorrentes de política salarial.

06. SALÁRIO NORMATIVO

Aos empregados admitidos após a data base e aos que vierem a ser admitidos durante a vigência da presente convenção, fica assegurado, a partir de 01 de maio de 2006, o seguinte:

06.01. Aos serventes de obras, um salário normativo mínimo efetivo de **R\$.539,06** (quinhentos e trinta e nove reais e seis centavos) mensais, valor este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza.

06.02. Aos profissionais, assim considerados os pedreiros, carpinteiros, parqueteiros, pintores, esquadreiros, pastilheiros, marceneiros, serralheiros, eletricitas, armadores, encanadores, gesseiros, marmoristas, vidraceiros e poceiros, um salário normativo mínimo efetivo de **R\$.791,05** (setecentos e noventa e um reais e cinco centavos) mensais, valor este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza.

06.03. O salário normativo só se tornará real após o decurso e cumprimento de eventual contrato de experiência que, para o efeito, ficará limitado a prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

06.04. Enquanto contrato de experiência, que para unicamente esse efeito de salário normativo deverá no máximo ser de 60 (sessenta) dias, os serventes de obras terão assegurado um salário de ingresso de **R\$.430,00** (quatrocentos e trinta reais) mensais, valor este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro revisional.

06.05. Enquanto contrato de experiência, que para unicamente esse efeito de salário normativo deverá no máximo ser de 60 (sessenta) dias, os profissionais, assim considerados os pedreiros, carpinteiros, parqueteiros, pintores, esquadreiros, pastilheiros, marceneiros, serralheiros, eletricitas, armadores, encanadores, gesseiros, marmoristas, vidraceiros e poceiros, terão assegurado um salário de ingresso de **R\$.600,00** (seiscentos reais) mensais, valor este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro revisional.

06.06. Fica estabelecido que os salários normativo e de ingresso não serão considerados salário mínimo profissional ou substitutivos do salário mínimo legal para qualquer fim.

07. QUINQUÊNIO

Fica assegurado o pagamento de adicional por tempo de serviço de **R\$.54,77** (cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), a título de quinquênio, aos empregados que contem 05 (cinco) anos de tempo de serviço na mesma empresa.

08. AJUDA DE CUSTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR

Fica instituída, inclusive e expressamente para a previsão do disposto na alínea "t", do inciso "5", do § 9º, do art. 28, da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, e dentro do permissivo do art. 7º, da Constituição Federal, o seguinte plano educacional para os empregados em atividade nas empresas na data de pagamento:

DO PLANO

- a) a ajuda educacional aqui prevista será paga aos trabalhadores estudantes ou que tenham filhos em idade escolar e que o solicitem de forma escrita;
- b) somente será paga a ajuda educacional aqui estabelecida aos trabalhadores estudantes que estejam matriculados até a 8ª série do ensino fundamental, ou que tenham filhos matriculados até a 8ª série do ensino fundamental;
- c) os empregados deverão comprovar, perante as empresas a sua aprovação, ou de seus dependentes legais, como tal aqueles que estão cadastrados para fins da Previdência Social, nas provas de curso de ensino oficial, relativa ao ano anterior à data de pagamento da ajuda educacional aqui prevista;
- d) poderá ser substituída a comprovação da aprovação logo acima referida pelo certificado de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no ano anterior à data de pagamento da ajuda educacional aqui prevista;
- e) deverá, ainda, ser apresentado às empresas a comprovação de matrícula em estabelecimento de ensino oficial referente ao ano ou semestre em curso na data do pagamento da ajuda educacional aqui prevista.

DAS CONDIÇÕES

08.01. Mediante o atendimento integral dos critérios acima previstos, as empresas pagarão a seus empregados estudantes e aos seus filhos em idade escolar uma ajuda educacional, vedada qualquer possibilidade de integração salarial do mesmo para qualquer fim ou título, no valor de **R\$.54,77** (cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), anualmente.


08.02. O pagamento da ajuda educacional deverá ser feito até o mês de janeiro de 2007, desde que o empregado esteja em atividade na empresa no mês de pagamento.

09. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

As empresas reconhecerão validade a atestados médicos e odontológicos para justificar faltas ao serviço, desde que expedidos por profissionais contratados pelo Sindicato Profissional e dentro dos convênios firmados pelo mesmo com o INSS, excetuadas as empresas que possuam convênios com profissionais na área médica ou odontológica ou aquelas que tenham em seus quadros funcionais profissionais nestas áreas.

10. AVISO PRÉVIO - DISPENSA CUMPRIMENTO

Ocorrerá a dispensa do cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador a partir do momento em que o empregado obtiver outro emprego, devidamente comprovado, com imediata anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (data de saída) e, sem prejuízo das verbas rescisórias, ficando, no entanto, excluída ao pagamento dos dias restantes a partir da dispensa, bem como as repercussões proporcionais incidentes sobre a parte do aviso prévio dispensado.



11. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO SEMANAL

Confirmando o uso e costume já estabelecido, respeitando ainda, o número de horas de trabalho contratual e semanal, poderão as empresas ultrapassar a duração normal de trabalho, em qualquer atividade, insalubre ou não, inclusive mulheres e menores, até o máximo legal permitido, visando a compensação das horas não trabalhadas em algum dia da semana, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, garantido o repouso semanal remunerado de um dia, independentemente dos feriados. A faculdade outorgada às empresas na presente cláusula restringe-se ao direito de estabelecer ou não o regime compensatório, sendo que uma vez estabelecido este regime, não poderão as empresas suprimi-lo sem prévia concordância dos empregados.

12. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO - FERIADÕES

Sempre que ocorrer a hipótese de um dia útil entre feriados ou dia de repouso, as empresas ficam autorizadas a promover a compensação das horas deste dia em outras datas de acordo com a conveniência do trabalho, com a concordância de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos empregados em atividade na empresa.

13. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

As empresas se comprometem a remunerar com adicional de 60% (sessenta por cento) as horas extraordinárias que excedam de 30 (trinta) horas extras no mês.

14. AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS

Conforme uso, costume e tradição de revisões de Dissídios Coletivos anteriores, será permitido em folha de pagamento os descontos previstos no art. 462, da CLT e outros já contidos em ordenamento vigente, como de seguro de vida em grupo, vale-farmácia, fornecimento de cesta de alimentos do SESI ou subvencionada pela própria empresa, vale-supermercado e outros, devendo sempre haver a autorização expressa do empregado.

Qualquer reivindicação relativa a esta cláusula poderá ser feita através de ação de cumprimento de sentença normativa.

15. AUTORIZAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Para os efeitos do disposto no artigo 60 da CLT entende-se supridas as formalidades ali previstas pela autorização da cláusula de compensação de horário antes estabelecida. De qualquer sorte, fica facultado às empresas optar

Ministério do Trabalho e Emprego - DRT/RS M. D. TRABALHO E EMPREGO
Fls: 04
Rubrica: [assinatura]

por obter autorização prévia de médico do trabalho devidamente habilitado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, definindo as condições em que o trabalho a ser prorrogado deverá ser exercido.

16. CONTRIBUIÇÕES

As contribuições previstas na presente Convenção Coletiva de Trabalho serão realizadas em conformidade com o disposto no artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal.

17. RATEIO DE DESPESAS DECORRENTES DO PROCESSO

Todas as empresas abrangidas pela presente Convenção, ASSOCIADAS ou NÃO ao SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE CAXIAS DO SUL recolherão ao mesmo, por meio de boleto bancário 4 (quatro) parcelas de R\$.75,00 (setenta e cinco reais) nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2006, a título de desconto assistencial.

17.01. O não recolhimento nas condições e prazos acima estipulados, acarretará uma multa de 10% (dez por cento) acrescido de juros legais e correção monetária na forma da lei.

18. RECIBOS DE PAGAMENTO

As empresas representadas fornecerão aos seus empregados, quando do pagamento da remuneração dos mesmos, os correspondentes discriminativos onde constem as parcelas pagas e descontadas.

19. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E UNIFORMES

As empresas fornecerão gratuitamente a seus empregados os equipamentos de proteção e segurança obrigatórios, nos termos da legislação específica sobre Higiene e Segurança do Trabalho, sendo que também fornecerão gratuitamente 02 (dois) uniformes por ano, como também seus acessórios quando exigirem seu uso obrigatório em serviço.

20. COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

As empresas pagarão a seus empregados vítimas de acidente de trabalho no local do labor, as parcelas percentuais correspondentes à gratificação natalina não cobertas pela Previdência Social.

21. RELAÇÃO DE SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

[Assinaturas manuscritas]



Por ocasião da rescisão de contratos de trabalho, as empresas fornecerão contra-recibo a relação dos Salários de Contribuição ao INSS, quando solicitado.

22. FERIADOS – PAGAMENTO EM DOBRO

As empresas se comprometem ao pagamento em dobro se um dia de feriado recair em um dia compensado.

23. RECIBO DE QUITAÇÃO

Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independente do tempo de vigência do mesmo, as empresas fornecerão aos respectivos empregados o termo de rescisão contratual com o discriminativo da base de cálculo.

24. CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

Quando da assinatura do contrato de trabalho por prazo determinado, as empresas fornecerão aos respectivos empregados a segunda via, ou cópia do contrato assinado.

25. DESCONTO ASSISTENCIAL PARA O SINDICATO PROFISSIONAL

A Contribuição Assistencial para a manutenção do Sindicato, devida pelos seus empregados ao Sindicato dos Trabalhadores, atingidos ou não pela presente Convenção Coletiva, associados e não associados, será correspondente a 12% (doze por cento), incidindo sobre o salário dos seus empregados, da seguinte maneira: 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de junho de 2006; 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de agosto de 2006; 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de outubro de 2006; e 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de dezembro de 2006. Fica estabelecido como teto máximo de recolhimento para cada trabalhador, em cada parcela, o valor de R\$.60,00 (sessenta reais), que corresponde ao máximo de R\$.20,00 (vinte reais) por mês.

25.01. As importâncias acima serão compensadas com as importâncias recolhidas a título de contribuição confederativa, eventualmente descontadas dos empregados.

25.02. As importâncias acima serão descontadas pelas empresas, da folha de pagamento dos empregados e recolhidas aos cofres do Sindicato Profissional até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

25.03. O recolhimento após os prazos acima estabelecidos, sujeitarão a empresa devedora, nos casos em que não efetuou o desconto da contribuição por mera liberalidade e nos casos em que tenha descontado e não recolhido ao

Sindicato dos Trabalhadores, a multa de 30% (trinta por cento), mais correção monetária e juros de 2% (dois por cento) ao mês.

25.04. As empresas fornecerão ao Sindicato Profissional a relação nominal de empregados, constando os valores devidos, quando do recolhimento das contribuições ao Sindicato.

26. AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento de empregado em decorrência de acidente de trabalho na vigência do contrato de trabalho, as empresas ora representadas pagarão diretamente a seus dependentes um auxílio no valor de 02 (dois) salários normativos da função do empregado vigentes na data do óbito.

26.01. Em caso de falecimento de empregado decorrente de outras causas que não acidente de trabalho, durante a vigência do contrato de trabalho, as empresas ora representadas pagarão diretamente a seus dependentes um auxílio no valor de 01 (um) salário normativo da função do empregado vigente na data do óbito.

26.02. As empresas que mantenham seguro de vida ou que concedam benefícios de qualquer outra forma para seus empregados em valor igual ou superior ao do auxílio estipulado, ficam dispensadas do seu pagamento, correndo por sua conta, porém, o pagamento do pecúlio mínimo ou seu.

27. DIVULGAÇÃO DE AVISOS E ESCLARECIMENTOS

As empresas designarão um local acessível aos trabalhadores para que o Sindicato Profissional divulgue comunicados e esclarecimentos, devendo ditos comunicados e esclarecimentos serem aprovados previamente pela direção das empresas e afixados no local destinado.

28. ANOTAÇÃO NA CTPS DA FUNÇÃO

As empresas deverão anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados, a função efetivamente exercida pelo mesmo, de conformidade com o CBO, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho.

29. CIPA - RELAÇÃO DE ELEITOS

As empresas representadas comunicarão ao Sindicato Profissional no prazo de 15 (quinze) dias após a eleição, a relação de empregados eleitos para as respectivas CIPA.

30. FÉRIAS – INÍCIO

Ressalvada a hipótese de férias coletivas, as empresas somente poderão conceder férias a seus empregados com início que não recaiam em véspera de feriados oficiais ou sábados e domingos.

31. TRANSPORTE PELA EMPRESA

Na hipótese das empresas fornecerem ou subsidiarem, total ou parcialmente, condução a seus empregados, para e do local de trabalho, onde exista transporte coletivo, em qualquer horário, o tempo gasto nos períodos de trajeto não será considerado de disponibilidade.

32. APOSENTANDO - ESTABILIDADE

Aos empregados que estiverem a 12 (doze) meses de sua possível aposentadoria, por idade ou tempo de serviço, terão neste período garantia de emprego condicionada a:

32.01. Tenham uma efetividade mínima de 12 (doze) anos na mesma empresa;

32.02. Comuniquem o início do período de 12 (doze) meses, em forma de ofício assinado por si, assistido pelo Sindicato Profissional, em duas vias de igual teor e forma, numa das quais deverá constar, para validade, o obrigatório ciente da empresa;

32.03. A garantia estabelecida na presente cláusula cessará na hipótese do empregado não se aposentar na data prevista para tal e mencionada no ofício ou não lhe for concedida a aposentadoria, não sendo em nenhuma hipótese prorrogável a garantia de emprego em causa;

32.04. A garantia de emprego só poderá ser solicitada em uma única oportunidade, não sendo viável renová-la;

32.05. O empregado que receber aviso prévio, a partir desta data não poderá usar do presente dispositivo.

33. PRAZO PARA RECOLHIMENTO MENSALIDADES SINDICAIS

As empresas comprometem-se a repassar ao Sindicato Profissional o valor do desconto das mensalidades do mesmo até o oitavo dia subsequente ao desconto.

34. GESTANTE - ESTABILIDADE

É assegurado às empregadas gestantes, durante a vigência da presente convenção, a garantia de emprego de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do parto, facultado à empregada renunciar ou transacionar esta garantia de emprego.

40



34.01. A empregada que, quando dispensada, julgar estar em estado gravídico, deverá apresentar-se à empregadora para ser readmitida, se for o caso, até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de concessão do aviso prévio, sob pena de nada mais poder postular, entendendo-se a garantia inexistente se não efetivada a apresentação no prazo máximo antes previsto.

35. PROVA DE QUITAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES AOS SINDICATOS

Todas as empresas que venham a exercer atividades na base territorial englobada pela presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão comprovar estarem quites com as contribuições aos Sindicatos Profissional e Econômico quando buscarem a assistência para as rescisões contratuais no Sindicato Profissional.

36. MENSALISTAS

As empresas pagarão aos empregados com regime de remuneração de "mensalistas" o valor equivalente a um (1) dia de trabalho para cada mês com 31 (trinta e um) dias, sendo, porém facultado à empresa a substituição do pagamento pela concessão de folgas, com igual número de dias.

36.01. A contagem de número de dias a serem pagos se fará conforme o número de meses com 31 (trinta e um) dias corridos durante o contrato de trabalho, desprezando os meses de janeiro e março de cada ano, os quais visam a compensar o mês de fevereiro.

36.02. Na hipótese da empresa optar pelo pagamento, o mesmo deverá ser efetuado por ocasião da rescisão contratual ou até o último dia do ano em curso.

VII - DATA BASE

Os convenientes deliberaram no sentido de estabelecer, para todos os efeitos, inclusive de majoração salariais aqui previstos, a data base das categorias envolvidas em 1º de maio.

VIII - EXIGIBILIDADE

Fica convencionado que as cláusulas constantes da presente convenção coletiva serão exigíveis após a assinatura e depósito da mesma e/ou a partir das datas aqui previstas para pagamento.

IX - DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências serão dirimidas, exclusivamente, pela Justiça do Trabalho, vedadas greves com base nos termos da presente Convenção Coletiva do Trabalho e até nova data base das categorias envolvidas.



DR TIRS M. DO
Fis: 119
Rubrica: [assinatura]



X - COMINAÇÕES

Na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as eventuais infringências e infrações terão as penalidades legais com previsão específica.

XI - FORMA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, instituída com os editais, atas de Assembléias Gerais de demais documentos, é formalizada em cinco (05) vias de igual teor e forma e uma só finalidade.

Bento Gonçalves, 23 de maio de 2006.

Ivo Vailatti
**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO
E DO MOBILIÁRIO DE BENTO GONÇALVES**

Ivo Vailatti – CPF nº 198.305.480-15

Juarez Mazzochi
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE CAXIAS DO SUL

Juarez Mazzochi – CPF nº 311.757.910-91

Vanderlei Zortea
p.p. Adv. Vanderlei Zortea OAB/RS 29.727 e
CPF 425.422.350-15

Marcelo Rugeri Grazziotin
p.p. Marcelo Rugeri Grazziotin OAB/RS – 27.486 e
CPF 487.955.500-20

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO DELEGACIA REGIONAL NOR-S

Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de registro da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/Alterações, constante do processo n.º 46218. 033286 / 2006 - 16.

Registrado e Arquivado na DRT/RS sob o n.º X, às fls. X do livro n.º X.

Porto Alegre, 28 / 08 / 2006

(nome, cargo, matrícula e assinatura)

data do Protocolo de depósito 28 / 08 / 2006

Jacira Moreira C. Moreira
Chefe do Setor de Mediação
MTE/DRT/RS

REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**Numero do registro: RS0005152006 Numero do Processo: 46218.011286/2006-16****REPRESENTANTES DOS EMPREGADOS****CNPJ****RAZÃO SOCIAL**

89340533000126 SIND DOS TRABS NAS INDS DA CONSTR E DO MOB DE B GONCAL

REPRESENTANTES DOS EMPREGADORES**CNPJ****RAZÃO SOCIAL**

87505012000156 SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL

VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO**DATA INICIAL**

01/05/2006

DATA FINAL

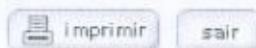
30/04/2007

OBSERVAÇÃO (VIGÊNCIA DE CLÁUSULA)**ABRANGÊNCIA**

RS - Nova Prata

ABRANGÊNCIA (CATEGORIA)

TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO



ILMO SR. DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO – MTb/RS
Porto Alegre – RS

| | |
|----------------------------|-------------------------|
| SENAPRO | |
| MINISTÉRIO DO TRABALHO | |
| S E R P R O | NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO |
| | 46218.011286/2006-16 |



SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE CAXIAS DO SUL, Entidade Sindical também legalmente constituída e registrada, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 87.505.012/0001-56, Registrado no Ministério do Trabalho e Emprego processo MTPS nº 328.453/1973, situada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à rua Ítalo Victor Bersani, 1134, por seu presidente JUAREZ MAZZOCHI.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BENTO GONÇALVES, Entidade Sindical legalmente constituída, CNPJ 89.340.533/0001-26, Registro Sindical 329-833, sediada à rua Candelária, 235, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, no ato representado por seu Presidente IVO VAILATTI (CPF 198.305.480-15)

Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRT/TEM nº 01, de 24 de março de 2004, solicitam o depósito, registro e posterior arquivamento da presente **CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO**, firmada pelos presentes autorizados nas Assembléias realizadas em Caxias do Sul, à rua Ítalo Victor Bersani, nº 1134, em 22 de fevereiro de 2006 – Patronal; e à rua Candelária, 235, Bairro Juventude, na cidade de Bento Gonçalves, em 16 de fevereiro de 2006 – Profissional.